

## **Inclusão de alunos com Síndrome de Down: percepção dos professores**

Autores:

Maria Filomena Nóbrega Spinelli

Edineide Jezine Mesquita Araújo– PPGE/UFPB

### **RESUMO**

Uma das dimensões do processo de inclusão social é a inclusão educacional, considerada a partir de um conjunto de políticas públicas específicas, capazes de levar a escolarização a todos os segmentos da sociedade. Para tanto, deve-se considerar que a inclusão é um caminho a ser percorrido e que a educação bem-sucedida de pessoas com deficiência depende de uma mudança de postura de todos os envolvidos, em especial dos educadores. Nesse sentido, busca-se investigar o processo de inclusão de crianças com síndrome de Down na escolar regular de João Pessoa pública e privada, a fim de analisar as condições para o desenvolvimento das aprendizagens. A metodologia da pesquisa insere-se no tipo exploratória, descritiva e analítica, considerando a abordagem de revisão literária da temática. Para tanto, busca-se identificar os trabalhos com foco na educação inclusiva e na percepção dos professores acerca das pessoas com síndrome de Down. A inclusão escolar da pessoa com síndrome de Down perpassa pela imagem que os facilitadores da aprendizagem façam de suas capacidades e potencialidade. No presente trabalho ficam evidenciados aspectos desafiadores desta inclusão e sua relação com a literatura pesquisada. Percebe-se a necessidade de uma melhor interação entre a saúde e a educação no que tange às adequações necessárias para que o processo de ensino-aprendizagem das pessoas com a síndrome de Down se dê de forma estruturada em que se pode destacar as potencialidades dos sujeitos.

Palavras-chave: Síndrome de Down. Educação Inclusiva. Percepção dos professores.

### **Introdução**

Sabendo-se que, conforme a maioria dos estudos, a pessoa com síndrome de Down é considerada sociável e afetuosa, conforme ressalta Agripino-Ramos e Salomão (2014) espera-se que sua inclusão educacional/social seja facilitada, com base nas diferentes concepções que os profissionais apresentam sobre essas pessoas, as quais influenciam nas interações sociais e no comportamento, além de interferir nas estratégias de intervenção que serão adotadas e determinar o tipo de informação que será transmitida à família, repercutindo assim diretamente nas discussões acerca da inclusão de crianças e jovens.

Para estes autores, a Síndrome de Down (SD) se caracteriza por uma alteração genética, sendo a forma mais comum aquela que se denominada trissomia 21. As alterações fenotípicas determinadas por essa anomalia genética são variadas, embora apresentem aspectos comuns a todos os indivíduos, como a presença de deficiência

intelectual, em grau indeterminado. Entretanto, Schwartzman (1999) adverte que existem grandes diferenças entre os indivíduos com SD, tanto no que se refere ao próprio potencial genético, como relativo às características raciais, familiares e culturais, entre outras, que serão poderosos agentes modificadores e determinantes do comportamento a ser definido como característico daquele indivíduo.

Para Soorin e Corredeira (2012) a idéia de incluir pessoas com SD em todos os aspectos da vida cotidiana tem sido desafiada continuamente por atitudes negativas e estereótipos de uma sociedade hegemônica e preconceituosa, que não raramente pretende determinar o limite máximo em que as pessoas com a síndrome conseguem aprender, desenvolver-se, amar, viver ou trabalhar.

Caiado, Martins e Antônio (2009) alertam para o fato de que há uma demanda crescente de crianças e jovens com deficiência, destacando-se aqueles com SD, em idade escolar, que procuram matrículas no ensino regular, assim como adultos com deficiência que ingressam em supletivos e cursos de alfabetização. Neste contexto, Silva, Belo e Drumond (2011) ressaltam que, para que a escola comum atenda às especificidades de seus alunos, com ou sem deficiência, ela precisa ser reestruturada com vistas a abrir espaço à diversidade, para que sejam oferecidas a todos respostas democráticas às suas necessidades e habilidades.

O conceito de escola descrito acima atende às necessidades apontadas por Sasaki (2003), que entende a educação inclusiva como um processo que ocorre em qualquer escola pronta a oferecer um ensino de qualidade aos seus alunos, independentemente de seus atributos pessoais, intelectuais e estilos de aprendizagem.

Na percepção de Siqueira e Aguilera (2015) os professores, apesar de apresentarem formações específicas, desde cursos de curta duração até especialização, ainda queixam-se da inexistência de um modelo prático, interventivo, que oriente e direcione o trabalho com alunos de diversas limitações, incluídos no ambiente escolar.

Esta queixa tem sua origem na descoberta da necessidade de adaptações curriculares, que devem ocorrer conforme as possibilidades de aprendizagem de cada aluno, a fim de garantir o respeito às diferenças, abandonando um ideal de aprendizagem baseado na premissa da homogeneidade, culturalmente aceito em décadas anteriores (OLIVEIRA-MENEGOTTO; MARTINI E LIPP, 2010).

Neste sentido, Santos (2016) considera importante conhecer não apenas as dificuldades dos alunos mas também os dilemas enfrentados pelos educadores durante a inclusão da criança em escola comum, uma vez que a criança com SD apresenta, por vezes, problemas cognitivos e bastante dificuldades ao nível da linguagem.

### Metodologia

Este trabalho trata de pesquisa cujo caráter foi exploratório e descritivo, considerando a abordagem literária. Para tanto, procurou-se identificar os trabalhos interventivos com foco na educação inclusiva e na percepção dos professores sobre a inclusão. Para tanto, foram selecionados na base de dados Scielo e no repositório de algumas universidades federais 04 artigos e 04 monografias e 02 dissertações, utilizando os descritores Síndrome de Down, Inclusão Educacional e Percepção dos Professores.

### Resultados e Discussão

No que se refere à formação docente, especificamente na Paraíba, Pereira, Santos e Santiago (2016) afirmam que, apesar de ser um dos campos de conhecimento mais debatidos em congressos e práticas institucionais no Brasil, é um tema que merece ser analisado quando se trata do trabalho com alunos com síndrome de Down. Para estes autores, a criança fará mais progressos em áreas cognitivas quando for capaz de se comportar e de interagir com os outros de uma maneira aceitável socialmente e de responder apropriadamente ao contexto imediato.

Isto corrobora com a afirmação de que a plena inclusão das pessoas com deficiência em todas as áreas da sociedade converge para uma efetiva participação na escola, espaço de socialização e definição cultural. A estas se espera que seja oferecido um atendimento que contemple suas diferenças e as características peculiares que apresentam (MIRANDA e FILHO, 2012).

Em seu estudo, Nobre (2014) destaca que o comportamento da família é muito importante para a inclusão pois os papéis, tanto da mãe quanto da professora, são essenciais neste processo, uma vez que as duas são as figuras que mais têm a contribuir para o êxito desta caminhada.

Segundo Mantoan (2003), para que a inclusão aconteça efetivamente, a escola deve considerar que o tempo de construção de uma competência pode diferir de aluno

para aluno e que sua evolução é percebida através da aplicação do seu aprendizado, seja este recente ou adquirido anteriormente.

Soorin e Corredeira (2012) encontraram em sua pesquisa dados que indicam que as questões relativas aos alunos com SD não passam despercebidas para os professores, que não se manifestam de forma neutra ou indiferente quando interrogados, a tempo em que refletem sobre as debilidades de sua formação universitária.

Para Rocha (2007) o momento é de modernização e articulação do sistema educacional para a aquisição de uma educação de qualidade para todos, o que requer do Estado atuações mais efetivas, contando com a contribuição mais direta de amplos segmentos populacionais para propor novas formulações passíveis de acompanhamento através das políticas públicas.

Neste sentido, o autor assevera ainda que, para concretizar uma proposta nessa direção faz-se imprescindível fortalecer as instituições, considerando-as como ricos contextos da aprendizagem, onde articule-se sua administração através de uma gestão democrática e da construção de seu projeto pedagógico; sem olvidar de suas relações com os meios sociais, econômicos e culturais em que vivem os estudantes; providenciando também a organização do espaço e do tempo; currículos elaborados para as realidades regionais, novas metodologias de ensino e rotinas de trabalho, além de estratégias de avaliação. Isto tudo reforça a valorização do indivíduo e o respeito com a sua origem social, antropológica e condições de trabalho.

Agripino-Ramos e Salomão (2014) afirmam que a maioria dos profissionais envolvidos com o atendimento à pessoa com SD são favoráveis à inclusão, embora relatem haver necessidade de uma maior preparação técnica para a atuação com estas pessoas. Também ficou evidenciada a importância da parceria entre a escola, a família e a equipe interdisciplinar que presta serviços diferenciados e individualizados.

Segundo Menegotto, Martinilli e Lipp (2010) percebe-se ainda a idéia da escola, especialmente para os alunos com deficiências, como um espaço voltado apenas para a socialização. Isto pode significar um retrocesso ou um indício de que os funcionários/professores da escola podem estar ainda fixados no paradigma da integração no qual o aluno é que deve se adaptar a um currículo, a uma proposta, a uma escola, sem considerar suas peculiaridades. Nesta perspectiva da integração os alunos que não conseguem se adaptar geralmente sofrem ou evadem da escola.

## Conclusões

Fica claro, a partir das pesquisas realizadas sobre o tema, que há uma carência de maior aprofundamento na base da formação dos professores sobre a questão da inclusão pois os mesmos se sentem despreparados e se ressentem de um acompanhamento por parte de uma equipe interdisciplinar. Com relação aos alunos com SD a realidade é praticamente a mesma, com ideias equivocadas e pré-concebidas sobre o potencial destes alunos, demonstrando em alguns casos uma predominância do antigo conceito de integração, que deveria há muito ter sido substituído pelo conceito mais abrangente e significativo, da inclusão.

Apesar de todos reconhecerem a importância da tríade família-escola-criança muito pouco tem sido feito para que ela surta o efeito desejado, uma vez que a escola não tem encontrado alternativas viáveis para os impasses referentes à inclusão e não tem levado em consideração a colaboração da família neste processo.

A reformulação da prática educativa com vistas a contribuir para a garantia da cidadania das pessoas com SD representa um pouco da luta destes professores que, mesmo sem ter consciência, abraçaram a causa da deficiência intelectual e, com o apoio da família, estado e sociedade, podem ‘fazer diferente’.

## Referências:

CAIADO, K.R.M.; MARTINS, L.S.; ANTONIO, N.D.R. **A EDUCAÇÃO ESPECIAL EM ESCOLAS REGULARES: tramas e dramas do cotidiano escolar**. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 9, n. 28, p. 621-632, set./dez. 2009.

NOBRE, O.P.de; **“Agora é lei!”: A percepção da família sobre a inclusão escolar de uma criança com síndrome de Down**. Monografia apresentada ao curso de graduação em Serviço Social do Centro de Ensino Superior do Ceará, outorgado pela Faculdade Cearense – FaC – 2014. Disponível em: [www.faculdadescearenses.edu.br](http://www.faculdadescearenses.edu.br).

NORONHA, A.A da C. **A Inclusão Escolar de Pessoas com Síndrome de Down: Uma Análise em Artigos Científicos**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade Católica de Brasília – 2014. Disponível em: <https://repositorio.ucb.br/jspui/handle/10869/5170>.

PEREIRA, P.E.D.; SANTOS, L.S.dos; SANTIAGO, Z.M. de A. **Alunos com Síndrome de Down em escola pública: desenvolvimentos, experiências e problemas**. II Congresso Internacional de Educação Inclusiva – nov.2016. Campina Grande- Pb. Disponível em: [editorarealize.com.br/.../TRABALHO\\_EV060\\_MD1\\_SA10](http://editorarealize.com.br/.../TRABALHO_EV060_MD1_SA10).

RAMOS, C.S.A; SALOMÃO, N.M.R. **Autismo e Síndrome de Down: Concepções de profissionais de diferentes áreas.** Psicologia em Estudo, Maringá, v. 19, n. 1, p. 103-114, jan./mar. 2014.

SAORÍN, J.M.; CORREDEIRA, R.M.N. **La percepción social de los futuros maestros sobre las personas con síndrome de down1: aplicación de la escala epsd-1.** Revista de Investigación Educativa, 30 (2), 383-396, 2012.

SANTOS, M.P. dos. **Inclusão de crianças com síndrome de Down na rede regular de ensino: um estudo de caso na cidade de São Bento-Pb.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na modalidade à Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba – 2016. Disponível: [rei.biblioteca.ufpb.br/jspui/bitstream/](http://rei.biblioteca.ufpb.br/jspui/bitstream/).

SILVA, J. da; BELO, V.S.; DRUMOND, A.C. **Análise dos processos de inclusão, desenvolvimento e aprendizagem de uma criança com Síndrome de Down matriculada na escola comum.** Rev. Educ. Espec., Santa Maria, v. 24, n. 40, p. 245-258, maio/ago. 2011.

SIQUEIRA, M da G.S.; AGUILLERA, F. **Modelos e diretrizes para uma educação inclusiva: revisão de literatura.** Revista Educação Especial | v. 28 | n. 52 | p. 281-294 | maio/ago. 2015